

**A Igreja no Brasil diante do
Problema Social
do pequeno agricultor e do operário.
Uma perspectiva histórica.**

Martin Dreher

Motivado pela temática do ciclo de palestras da Faculdade de Teologia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, que pretendia ocupar-se com a problemática do pequeno agricultor e do operário, consultei a história da Igreja no Brasil para saber de sua contribuição na solução dos problemas do pequeno agricultor e do operário. Fiz este estudo, seguindo a divisão clássica da história de nosso país: Brasil Colônia, Brasil Império e Brasil República. Estou ciente de que pelo menos no Brasil República deveriam ser feitas três subdivisões, quais sejam, a República Velha (1889-1930), a Era do Populismo (1930-1964) e a Era iniciada com o golpe militar de 1964, concluída em 1979, quando se inicia novo período sob a égide do trilateralismo.

Iniciemos nosso estudo, começando com uma análise da situação no Brasil-Colônia. É evidente que aqui apenas encontramos o agricultor.

I – O BRASIL – COLÔNIA

Para entendermos o posicionamento da Igreja frente aos problemas rurais, durante os tempos do Brasil-Colônia, faz-se necessário que estudemos um pouco a estrutura desta Igreja.

Quando da descoberta do Brasil, o modelo de Igreja que desaparecia na Europa, no confronto com a Reforma, continuava intacto em Portugal e em Espanha, nações que iriam dominar a maior parte das terras do Novo Mundo. Convencionou-se denominar este modelo de "Cristandade". Neste modelo a Igreja e o Estado

formam uma unidade, a cristandade. O modelo medieval de cristandade nos apresenta uma situação de predomínio da Igreja sobre o Estado. Ali a Igreja detém o monopólio dos meios de salvação e pode arrogar-se o direito de primazia na cristandade. É esta a situação em França, Alemanha, Itália e outros países. Em Portugal e Espanha, territórios que nos interessam, aqui, por causa das colônias do Novo Mundo, o Estado se estrutura em uma época em que o papado está ameaçado pelo movimento conciliarista e pelo avanço dos turcos. Aqui, por falta de influências diretas de Roma, quem organiza o Estado e a Igreja é o governante secular. Conseqüentemente quem passa a dominar sobre a Igreja é o governante secular. Esta situação de domínio do Estado sobre a Igreja, que encontramos em Portugal e Espanha, é transposta para as colônias das duas nações na América. A Igreja vai chegar ao povo, ao homem, através do Estado. Aceitando as estruturas do Estado, o homem vai se tornar cristão. Não é através da evangelização que o homem se torna cristão, mas aceitando a supremacia do Estado cristão. Thomás Bruneau expressa esta situação na frase: "As estruturas tornavam os homens cristãos, em vez de ser o contrário."(1)

Grato a Portugal pela Reconquista de parte da Península Ibérica para a Cristandade, o papado soube retribuir à Coroa portuguesa, fazendo inúmeras concessões aos reis portugueses. Em virtude destas concessões, a Igreja é, no Brasil – Colônia, totalmente subserviente ao Estado. Dá-se a este sistema o nome de "padroado". Nele o rei vai controlar a Igreja por ele mesmo construída(2). Mesmo em questões de disciplina o rei é última instância para a Igreja no Brasil. Desta maneira cria-se no Brasil uma situação tal para a Igreja Católica Romana que ela não mais pode ser denominada de romana, devendo ser denominada de "lusitana". Não é Roma quem lhe dá as diretrizes, mas Lisboa-Portugal. Temos, pois, uma Igreja a serviço da coroa portuguesa. Dominada pela coroa, ela só poderá agir seguindo os interesses da coroa. Estes são de domínio, posse e exploração. O domínio do Estado sobre a Igreja vai tão longe que inclusive as bulas papais não podem ser lidas e tornadas conhecidas no Brasil, sem a autorização da coroa portuguesa. Bruneau nos faz a seguinte colocação a respeito da situação: "Só depois de 1830 é que as informações do legado papal no Brasil

(1) THOMAS C. BRUNEAU, *Catolicismo brasileiro em época de transição*, (São Paulo 1974), pág. 28.

(2) Não nos é possível descrever aqui todo o sistema de padroado português. Indicamos como referência, THOMAS C. BRUNEAU, *op.cit.*, pág. 25ss; EDUARDO HOORMAERT ET ALII, *História da Igreja no Brasil. Primeira época* (*História Geral da Igreja na América Latina, Tomo II*), (Petrópolis 1977), pág. 33ss.

passaram a ser transmitidas diretamente a Roma, e só algum tempo mais tarde é que Roma pôde se comunicar diretamente com o Brasil.”(3)

O pensamento crítico, a reflexão sobre o papel da Igreja na sociedade via de regra é formado nas Faculdades de Teologia ou nos Seminários. Pois bem, no Brasil, Colônia não há seminário para a formação do clero secular até o ano de 1739! Criou-se, por isso, no Brasil Colônia, uma situação peculiar: os sacerdotes educavam os seus assistentes nas missas para que mais tarde viessem a ser ordenados como sacerdotes. Estes sacerdotes deveriam ser mantidos financeiramente pelo rei português que recolhia os dízimos com os quais o trabalho da Igreja deveria ser mantido. Via de regra isso, porém, não acontecia. Os dízimos eram usados para todas as despesas da coroa. Pouco sobrava para o trabalho da Igreja. Para sobreviver, os sacerdotes tiveram que se integrar ao clã rural, passando a ser funcionários da casa-grande, do latifundiário.(4) Este tipo de sacerdote pouca ocasião vai ter de se dedicar ao pequeno e aos seus problemas. Os únicos sacerdotes que não foram integrados nesse sistema foram os jesuítas. Os sacerdotes jesuítas estavam diretamente subordinados ao papado, não dependiam da coroa portuguesa. Por isso eles “eram uma anomalia na sociedade que os via com muita animosidade”(5). Lembro que foram eles os que mais se destacaram na luta pelos direitos dos indígenas. Basta que citemos o nome de um Antônio Vieira. Sua liberdade da coroa portuguesa e, conseqüentemente, sua liberdade em favor dos desfavorecidos provocou sua expulsão do Brasil no governo do Marquês de Pombal (1759).

Ao terminar-se o período do Brasil-Colônia temos um clero conforme, uma Igreja conforme aos interesses do Estado e neste Estado as classes dominantes são os latifundiários que passam a ser os dominantes do Brasil-Império.

II – O BRASIL-IMPÉRIO

Proclamada a independência, em 1822, e adotado o sistema monarquista como forma de governo, o Brasil recebia, em 1824, uma Constituição outorgada. O artigo 5º desta Constituição estabelecia: “A religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião

(3) Thomás C. Bruneau, op.cit., pág. 34.

(4) Thomás C. Bruneau, op.cit., pág. 39.

(5) Thomás C. Bruneau, op.cit., pág. 43.

do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo”(6). A formulação é, em um aspecto, sumamente interessante. Ela não reza: “A religião Católica Apostólica Romana é a religião do Império...”, mas: “A religião Católica Apostólica Romana *continuará a ser* a religião do Império”. Ela “*continuará a ser*” Igreja sujeita ao Imperador, assim como o fora ao rei.

Inutilmente o Vaticano tentou modificar esta situação. O dono da Igreja era o Imperador, o Estado. A situação de domínio do Estado sobre a Igreja se evidencia num fato: Na Câmara do Império havia, em 1827, 22 clérigos. Nenhum deles votou favoravelmente às tentativas do Vaticano de modificar as relações entre Igreja e Estado.(7)

Especial atenção merece a figura do Imperador Pedro II. Sabedor da ignorância das massas populares brasileiras, Pedro II achava que o “Estado tinha que supervisionar a Igreja muito de perto para que não abusasse de sua pretensão de falar ao povo em nome de Deus”(8). Outras medidas tomadas durante o Império proibiram o funcionamento de ordens religiosas no país. Somente o clero secular pôde continuar trabalhando, se bem que sob a tutela do Estado ou do latifundiário. Ao final do Império havia, pasmem(!), 700 padres para atender os 14 milhões de habitantes do país.

Neste Império onde a Igreja está amordaçada, vamos encontrar quatro tipos de pessoas ligadas à terra: o latifundiário, o pequeno agricultor, o sem-terra e o escravo. Os líderes políticos do Império são latifundiários, plantadores de cana de açúcar, de café ou criadores de gado. A Igreja Católica vai continuar submissa ao Estado, não se podendo, em absoluto, falar de uma luta da Igreja em favor do agricultor. Os clérigos deputados votam com a aristocracia rural. A Igreja luta pela sua independência da tutela do Estado.(9)

Desde 1824 vamos encontrar ao lado dos latifundiários, dos sem terra e dos escravos, um novo elemento: o imigrante que vai iniciar um novo tipo de economia agrícola: a do pequeno agricultor, da pequena propriedade trabalhada pelo agricultor e sua família. Se há uma dedução a ser tirada da convivência de pequenos agricultores e latifundiários no Brasil, ela só pode ser: Pequeno agricultor e

(6) Cf. Therezinha de Castro, *História Documental do Brasil*, (Rio de Janeiro-São Paulo 1968), pág. 150.

(7) Thomás C. Bruneau, *op.cit.*, pág. 49s.

(8) Thomás C. Bruneau, *op.cit.*, pág. 52.

(9) Veja-se, por exemplo, a chamada “questão dos bispos”. Cf. João Alfredo Montenegro, *Evolução do catolicismo no Brasil*, (Petrópolis 1972), pág. 79-133.

latifundiário não podem coexistir. Policultura e monocultura são excludentes. Bem cedo o Brasil, acostumado ao sistema do latifundiário, vai experimentar esta realidade. Em 15 de dezembro de 1830 os latifundiários cortam do orçamento do Império todas as verbas destinadas à migração e colonização com pequenos agricultores.⁽¹⁰⁾ Desde então os choques não cessaram.

Com o imigrante, pequeno proprietário, o protestantismo, em sua forma luterana, ingressou no Brasil. Até o final do Império vamos ter um luteranismo ainda não estruturado. Criam-se pequenas congregações sem maiores ligações entre si. Só aqui e ali vamos deparar-nos com encontros de pastores. Politicamente a influência deste protestantismo é nula. As leis do Império não permitem aos protestantes eleição a cargos nas Assembléias Provinciais ou à Câmara dos Deputados. Apenas os parlamentos municipais acolhem protestantes. Sem estrutura, o luteranismo não consegue se manifestar. O mesmo acontece com as demais denominações protestantes que começam a se estabelecer no Brasil ao fim do Império.

A 15 de novembro de 1889 um golpe militar põe fim ao Império. Com o fim do Império encerra-se o período do domínio do Estado sobre a Igreja Católica e as religiões toleradas passam, oficialmente, a serem equiparadas ao catolicismo.

III – O BRASIL-REPÚBLICA

Ao estudarmos o presente período faz-se necessária uma divisão metodológica. Somos forçados a tratar separadamente o catolicismo brasileiro e o protestantismo brasileiro. Seus posicionamentos frente a agricultores e a operários se dão isoladamente até tempos bastante recentes. Por isso não podem ser apresentados como um todo, como posicionamento da "Igreja" no Brasil. Estudaremos, inicialmente, o catolicismo e, posteriormente, o protestantismo. Aqui o peso maior recairá sobre as atividades dos luteranos.

A. OS POSICIONAMENTOS DA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA FRENTE AOS PROBLEMAS DO PEQUENO AGRICULTOR.

O pesquisador que quiser estudar o posicionamento oficial da Igreja Católica Romana frente aos problemas do pequeno

(10) Martin N. Dreher, *Kirche und Deutschtum in der Entwicklung der Evangelischen Kirche Lutherischen Bekenntnisses in Brasilien* (Göttingen 1978), pág. 31.

agricultor no Brasil, vai procurar em vão por documentos de bispos, da hierarquia, até 1950! Somente a partir do instante em que a Igreja Católica vê contestada a sua liderança no campo, através do surgimento de organizações e ligas camponesas, é que ela vai se pronunciar a respeito. Até aí somente alguns sacerdotes, isoladamente, vão se dedicar à solução dos problemas do pequeno agricultor. Entre estes sacerdotes, os jesuítas merecem destaque. Na Companhia de Jesus sobressai o nome do Padre Teodoro Amstad S.J.(11).

Nascido a 9.11.1851 em Beckenried, Cantão de Unterwalden /Suíça, Amstad é enviado pela Companhia de Jesus ao Brasil, em 1885. No navio em que vem para o Brasil vê quando nos portos de Bordeaux (França) e de Lisboa (Portugal) são carregadas mercadorias para o Brasil: vinho, batata inglesa e cebolas.(12) Esta visão deve tê-lo tocado profundamente. No Brasil Amstad é nomeado vigário de São Sebastião do Caí. Anos mais tarde será ainda vigário em São José do Hortênsio, em Nova Petrópolis e em Lajeado. Assim fica conhecendo a situação do pequeno agricultor nos vales do Caí e do Taquari. Em breve Amstad reconhece a necessidade de colaboração mútua, de cooperativismo, entre os pequenos agricultores gaúchos. A partir de 1898 consegue organizar, com outros colegas, Congressos de Católicos Alemães no Rio Grande do Sul. Ruben Neis cita o conteúdo destes congressos, dizendo: "Em todos esses congressos, além da parte espiritual, diretamente relacionada com os deveres religiosos, eram tratados problemas práticos para os colonos: a adubação das terras, a rotatividade das plantações, o problema do desmatamento, a plantação de árvores, a destruição das formigas, a criação de abelhas, a criação de porcos, a escola, a imprensa, a convivência com os não católicos, a fundação de novas colônias, o problema de saúde, e muitos outros problemas que ainda hoje continuam"(13).

Em 1900, Amstad consegue a criação da "Associação Rio-Grandense de Agricultores", mais tarde denominada de "Sociedade União Popular" (1912), com 400 associados. A Associação viria a se dedicar à colonização, criando as colônias de Serro Azul, hoje Cerro Largo, Bela Vista, hoje Santo Cristo, e de Itapiranga/SC, para auxiliar os colonos que procuravam novas terras, evitando assim que caíssem nas mãos de colonizadoras inescrupulosas. Além

(11) Cf. Ruben C. Neis, Padre Teodoro Amstad (Iniciador do Cooperativismo de Crédito no Brasil), em: Telmo Lauro Muller (Coord.), *Anais do 2º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*, (São Leopoldo 1976), pág. 239-258.

(12) Ruben C. Neis, *op.cit.*, pág. 244s.

(13) Ruben C. Neis, *op.cit.*, pág. 249.

disso a Associação ainda se dedicaria à fundação de Caixas de Crédito Rural. Em 1902 Amstad cria com o auxílio de 19 agricultores, em Nova Petrópolis, a primeira Caixa de Crédito Rural no Rio Grande do Sul. Deste primeiro início surgiram cerca de 50 Caixas de Crédito Rural. Nelas o agricultor depositava parte dos seus lucros a juro. Este dinheiro era emprestado a agricultores da região, necessitados de empréstimos temporários. A Sociedade União Popular continua a existir em nossos dias. Seu trabalho inicialmente ficou restrito ao Rio Grande do Sul. Para o restante do país o trabalho iniciado por Amstad poucas conseqüências viria a ter. Seu grande valor residiu no fato de, pela primeira vez, sacerdotes católicos se preocuparem com a situação do pequeno agricultor.

A partir de 1959 somente é que vamos encontrar uma maior movimentação da Igreja Católica em relação ao pequeno agricultor. A Igreja Católica reconhece que está começando a perder sua influência no meio rural. As ligas camponesas de Francisco Julião e o Partido Comunista Brasileiro faziam-se presentes no meio rural.⁽¹⁴⁾ A descoberta desta realidade por parte do clero brasileiro e sua conseqüente mobilização foi favorecida por uma mensagem do Papa João XXIII. Em novembro de 1958 realizara-se, em Roma, uma conferência dos bispos latinoamericanos. Por ocasião desta conferência João XXIII concitou os bispos a elaborarem planos de ação. Em novembro de 1961, 6 meses após a publicação da Encíclica "Mater et Magistra", João XXIII renovava seu apelo aos bispos latinoamericanos, afirmando a necessidade de apresentarem aos governantes de seus países a urgência de reformas estruturais e de irem ao encontro dos anseios das massas.

O primeiro bispo a corresponder a este apelo no Brasil é o bispo do Rio Grande do Norte, Dom Eugênio Sales. Em 1960 Dom Eugênio leva o "Serviço de Assistência Rural" de sua diocese a criar sindicatos rurais. Em 1963 já existiam 48 sindicatos com 48.000 associados no Rio Grande do Norte, Estado onde tão somente existiam sindicatos rurais católicos. Mais difícil foi a implantação de sindicatos rurais em Pernambuco. Aqui as Ligas Camponesas de Francisco Julião já estavam há muitos anos em ação. Mesmo assim o Padre Paulo Crespo conseguiu, em Jaboatão, o apoio de 25 colegas e programou a criação de sindicatos rurais. Em Cabo/Pe, o Padre Antonio Melo iniciou trabalho junto a camponeses já filiados às Ligas Camponesas. Para o progresso do trabalho foi importante o

(14) Sobre a atividade de Julião e do PCB, cf. Hans Füchtner, **Die brasilianischen Arbeitergewerkschaften, ihre Organisation und ihre politische Funktion**, (Frankfurt am Main 1972), pág. 130-139. 145s.

apoio dado pelo Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Carlos Coelho. Nos Estados do Piauí e de Sergipe os bispos Avelar Brandão e José Távora também davam o seu apoio. Em maio de 1962 realizou-se em Tabuna (Bahia) o Primeiro Congresso de Trabalhadores Rurais do Norte e do Nordeste, nele se reuniram os sindicatos rurais católicos. Nos anos que se seguiram os sindicatos rurais do Norte e do Nordeste se radicalizaram, diferindo dos sindicatos rurais que eram criados no Sul. No Sul, o clero mais conservador passou a criar, a partir de 1961, as chamadas "frentes agrárias"(15). Somente a Frente Agrária Paulista adotou posições mais radicais, por não estar ligada à hierarquia(16).

Os dados e nomes citados até aqui representam tentativas regionais que ainda não abrangem a totalidade do catolicismo brasileiro. Na realidade, no início da década de 1960, quem tem a palavra e quem domina no catolicismo brasileiro é o clero conservador. Este clero afirma que as profundas diferenças sociais existentes no país correspondem à vontade de Deus! Em 1960 o bispo Geraldo de Proença Sigaud faz tais afirmações em seu livro: "Reforma Agrária Questão de Consciência." Sigaud faz sérias advertências contra todo o tipo de reforma agrária, pois propriedade e família estariam inseparavelmente ligadas e não poderiam ser tocadas por amor à civilização cristã! Sigaud que se volta contra a Reforma Agrária, louva a propriedade e o latifundiário como bondoso patrão, como pai de seus trabalhadores(17). Sigaud não é o único a pensar desta maneira. Em 1967 o arcebispo Ramos de Belém procurava convencer os agricultores, em artigo do Jornal do Brasil(18), que a morte de seus filhos, em consequência de subnutrição etc..., seria uma "graça" por serem inocentes ao entrarem no céu. O aumento dos salários seria maléfico para o operariado por levar a um aumento do alcoolismo, do jogo e da desagregação da família!!

Em contraposição a tais vozes, as esquerdas católicas começaram a se mobilizar, promovendo a "conscientização" do proletariado rural. Para tal trabalho de conscientização é usado o "Movimento de Educação de Base". O Movimento de Educação de Base foi criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e visava uma campanha de alfabetização. O pai da idéia foi o arcebispo Dom Eugênio Sales do Rio Grande do Norte que, em 1958, iniciou com escolas radiofônicas, visando alfabetizar o povo.

(15) Cf. Márcio Moreira Alves, *O Cristo do Povo*, (Rio de Janeiro 1968), pág. 117.

(16) Márcio Moreira Alves, *op.cit.*, pág. 120.

(17) Antonio de Castro Mayer; Geraldo de Proença Sigaud, *Reforma Agrária Questão de Consciência* (São Paulo 1960).

(18) 25.11.67, citado por Hans Führtner, *op.cit.*, pág. 148.

Durante anos o sacerdote católico havia estado a serviço do latifundiário. Já acentuamos isso anteriormente. Agora, com o trabalho nos sindicatos, organizando sindicatos, os sacerdotes eram transformados em inimigos dos latifundiários. O trabalho nos sindicatos, a convivência com a brutalidade usada pelos latifundiários, levou muitos sacerdotes a tomadas de posição radicais. Seus pronunciamentos forçavam toda a Igreja a se posicionar.

Dos grupos que se ocupavam com os pequenos agricultores até 1964 só restou a Igreja Católica após o golpe de 31 de março de 1964. É, por isso, que a partir de 1964 quem assume a vanguarda na luta em favor do agricultor é a Igreja Romana.

Em 10 de outubro de 1971 saía um dos documentos básicos desta fase de tomada de posição da hierarquia, da autoria de Dom Pedro Casaldáglia, Bispo de São Félix, intitulado: "Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social"(19). Dada a importância deste documento queremos analisá-lo em breves traços. O documento é um pronunciamento de Dom Pedro por ocasião de sua sagração episcopal, partindo da convicção de que "ser bispo é ser a voz daqueles que não têm voz"(20). O documento inicia com uma exposição a respeito da "situação geográfica", faz uma "panorâmica sócio-pastoral", apresenta a situação do "latifúndio", favorecido pela SUDAM, que expulsa os antigos e primeiros desbravadores da região, os "posseiros" que passam a viver em situação deprimente; fala dos "peões", empregados contratados em outros centros que vão viver nas fazendas como semi-escravos, sempre em dívida para com o patrão; faz uma radiografia da "política local", denuncia a "falta de assistência básica", fala sobre a atuação dos sacerdotes na área da prelazia ("Nossa atuação") e conclui apresentando "o grito desta Igreja". Diz aqui que "o Vaticano II, Medellín, o Sínodo; a voz das Conferências Episcopais do Terceiro Mundo; o Evangelho — antes e sempre —, não só coonestam como também reclamam essa ação abertamente comprometida. Já passou a hora das palavras (não certamente a hora da Palavra), das convivências e das esperas conciliadoras"(21). A partir desta constatação Dom Pedro dirige-se à Igreja no Brasil, aos latifundiários e ao governo. Para compreendermos as atitudes posteriores do catolicismo brasileiro é importante observarmos as palavras que Dom Pedro dirige ao catolicismo brasileiro: "Chamamos angustiosamente a toda a Igreja do Brasil, à

(19) Cf. **Os documentos da CNBB: Igreja e Governo** (Extra-realidade brasileira. Livro-reportagem 3), (São Paulo 1977), pág. 37-46.

(20) *idem*, pág. 37.

(21) *idem*, pág. 45.

qual pertencemos. Pedimos, exigimos fraternalmente, sua decisão, e a corresponsabilidade plena na oração, no testemunho, no compromisso, na colaboração de agentes e meios de pastoral (Na mente de quase todos os que ainda lutam desinteressadamente, somente a Igreja parece ter uma possibilidade decisiva nesta hora). Da CNBB – na qual agora mais confiamos – pedimos o cumprimento, pronto e eficaz, de um programa decididamente realista no compromisso que ela publicamente assumiu sobre a Amazônia, com caráter de prioridade”(22). E, mais adiante afirma: “Sentimos, por consciência, que também nós devemos cooperar para a desmistificação da propriedade privada. E que devemos urgir – com tantos outros homens sensibilizados – uma Reforma Agrária justa, radical, sociologicamente inspirada e realizada tecnicamente, sem demoras exasperantes, sem intoleráveis camuflagens”(23).

Nas palavras de Dom Pedro encontramos o programa desenvolvido pela Igreja Católica no Brasil, através da CNBB, a partir de 1971. Destaco, dentre os muitos pronunciamentos e iniciativas feitas a partir de 1971, a criação da Comissão de Pastoral da Terra, em 1973, que vem realizando serviços inestimáveis em favor do pequeno agricultor e do sem-terra. Destaco ainda a participação nos depoimentos da Câmara dos Deputados em Brasília, no ano de 1975. Finalmente, em 1980, a CNBB posicionou-se firme e decididamente em favor da Reforma Agrária.

B. OS POSICIONAMENTOS DO PROTESTANTISMO BRASILEIRO FRENTE AOS PROBLEMAS DO PEQUENO AGRICULTOR.

Na mesma época em que o Padre Teodoro Amstad começa a organizar os primeiros encontros de agricultores católicos, o Sínodo Riograndense, criado em 1886, inicia com as atividades da pregação itinerante(24). Desde 1891 o Pastor Michael Haetinger viajava através do Rio Grande do Sul, acompanhando os imigrantes em suas dores e necessidades. Da miséria em que viviam estes imigrantes, surgiu, em 1892, a instituição que hoje conhecemos pelo nome de Asilos Pela e Betânia, localizados em Taquari/RS. Desde fins do século 19 o Pastor da Comunidade Evangélica de Porto Alegre recebe a incumbência de receber os imigrantes e de procurar encaminhá-los para as áreas de colonização.

(22) idem, pág. 45.

(23) idem, pág. 45.

(24) Joachim Fischer estudou detalhadamente os primórdios da pregação itinerante, cf. *Die Anfänge der Reisepredigt und Diaspora-Arbeit in der Riograndenser Synode*, em: *Estudos Teológicos* 6, 1966, pág. 94-114.

Mas é somente após o término da 1ª Guerra Mundial que os Sínodos Luteranos no Brasil começam a se preocupar mais intensivamente com o problema do agricultor. Após o término da 1ª Guerra Mundial o Brasil começou a receber muitos imigrantes europeus. Além disso a superpopulação começou a provocar o êxodo das antigas colônias que se haviam criado nos vales dos rios dos Sinos, Caí, Taquari, Santa Maria. As terras que estavam a disposição dos migrantes eram as terras da Serra do Rio Grande do Sul e as terras postas à disposição da colonização ao longo da estrada de ferro Rio Grande do Sul – São Paulo, no vale do Rio do Peixe/SC. Diante da problemática surgida, o Sínodo Riograndense começou a ocupar-se com a questão da terra. Em fevereiro de 1920 a revista publicada por Hermann Dohms, pastor de Cachoeira do Sul, denominada de "Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien" iniciou a publicação de uma série de artigos da autoria de Theophil Dietschi, intitulados: "Kolonisation und Kirche" (Colonização e Igreja). No primeiro dos artigos Dietschi afirma: "Onde surge colonização, a Igreja não pode se furtar a uma participação, para encaminhar a criação de escolas e de comunidades. O rápido povoamento da região serrana força, por isso, a Igreja a se ocupar com questões relativas à colonização"(25). Ao concluir sua série de artigos, Dietschi conclama o Sínodo Riograndense a se ocupar com a questão da colonização, dizendo que a própria Igreja deve participar da colonização, criando um ministério responsável pela questão(26). Em princípios de 1921 a Obra Gustavo Adolfo do Sínodo Riograndense aplicava dinheiro em atividades de Colonização da "Sociedade Territorial Sul-Brasileira (H.Hacker & Cia)" para garantir terras para colonos evangélicos(27). O Concílio Sinodal de 1921 criou o Ministério de Colonização (Siedlungsamt), tendo o primeiro pastor responsável por esta atividade, o Pastor Mummelthey, sido estacionado em Montenegro, região da qual saíam muitos migrantes em direção à Serra. Em 1933 existiam além do Ministério de Colonização, então ao encargo do P. Buchli, estacionado em Sarandi, Serviços de Aconselhamento, relacionados com colonização, no Distrito Erechim (P. Bantel), Distrito Alto Jacuí (P.Boll), Distrito Ijuí (P.Strothmann e P. Eysel)(28). A partir de 1935 o Sínodo Riograndense tem ainda em Rio Grande uma pessoa responsável para receber e encaminhar imigrantes(29).

(25) Theophil Dietschi. *Kolonisation und Kirche*, em: *Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien* (DEBB) 1. 1920, pág. 154.

(26) DEBB 2, 1920, pág. 23.

(27) DEBB 3, 1921, pág. 14.

(28) *Synodalbericht* 1933, pág. 21.

(29) *Synodalbericht* 1936, pág. 33.

O trabalho iniciado no Rio Grande do Sul encontra receptividade também em Santa Catarina, onde a Associação de Comunidades Evangélicas de Santa Catarina cria, em 1927, um Serviço de Aconselhamento para colonos. No Paraná fala-se, em 1935, de uma Colônia Evangélico-Luterana Augusta Vitória; aqui a liderança está a cargo do P. Wilhelm Fugmann de Ponta Grossa.(30)

A 2ª Guerra Mundial viria a pôr fim aos trabalhos desenvolvidos pelos Sínodos Luteranos no trabalho de acompanhamento ao pequeno agricultor. A maioria absoluta dos pastores era alemã e, com a guerra, foi lhes impossibilitada uma maior ação..

No início da década de 60 o protestantismo brasileiro, como um todo, começou a se ocupar com a problemática social no Brasil. Nela a questão agrária não ocupa ainda lugar central, mas já se começa a tratar de temas como reforma agrária. Em 1962 o Setor de Responsabilidade Pública da Confederação Evangélica do Brasil, promovia uma Conferência do Nordeste sob o título: "Cristo e o processo revolucionário brasileiro." A Conferência realizou-se em Recife(31). No ano seguinte, 1963, realiza-se em Umuarama uma "Reunião de Consulta sobre Igreja e Sociedade", também promovida pelo "Setor de Responsabilidade Social da Igreja" da Confederação Evangélica do Brasil. Nesta Consulta diria o P. Ernst Schlieper, Pastor Presidente da IECLB: "A Igreja não pode desinteressar-se pelos homens porque é a Igreja daquele que, por amor, se tornou irmão de todos os homens; a Igreja é responsável e isso quer dizer: ela é chamada a responder e a corresponder, em toda a sua atuação, e esse determinado fato, que é o fato central do evangelho: a encarnação de Deus. Deus se tornou homem – e deste fato emana a responsabilidade da Igreja pelo homem, pelo homem em todas as relações de sua existência"(32).

Com o golpe militar de 1964 houve, de maneira geral, um retraimento do protestantismo brasileiro. A Confederação Evangélica do Brasil entrou em crise, crise esta que penetrou também nas denominações que até então haviam liderado os trabalhos da Confederação: presbiterianos e metodistas. A IECLB pôde continuar a caminhada em busca de um maior engajamento. Neste sentido sua filiação à Federação Luterana Mundial parece ter sido de valia. Em 1968 a IECLB participava da "Conferência Luterana sobre responsabilidade social na América Latina", realizada em Caracas/Venezue-

(30) Wilhelm Fugmann, *Lutherische Kirche und Deutsche Kolonisation*, (Neuendettelsau 1935).

(31) Waldo A. César (ed.), *A Conferência do Nordeste (Cristo e o processo revolucionário brasileiro)*, 2 volumes, (Rio de Janeiro 1962)

(32) Waldo A. César (ed.), op.cit., vol. 2, pág. VII.

ia. Ernst Schlieper pregaria no culto de abertura(33). Em 1970 deveria realizar-se, em Porto Alegre, a Assembléia da Federação Luterana Mundial. Motivos de ordem política, — estávamos no auge de denúncias sobre torturas no Governo Médici, — levaram à transferência da Assembléia para Evian. Em outubro deste ano, em Curitiba, ainda sob o impacto da transferência da Assembléia, surgiu o "Manifesto de Curitiba" que, infelizmente, não foi o suficiente divulgado na IECLB(34). Mais recentemente o fluxo migratório interno levou a IECLB a liberar um pastor para acompanhar os migrantes e para organizar os trabalhos nas novas áreas de coionização, criando o Departamento de Migração. Posteriormente a isso tivemos a liberação de pastores para colaborarem na Comissão de Pastoral da Terra, no Paraná. Ultimamente problemas surgidos no Oeste do Paraná, com a construção da represa de Itaipu, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com o projeto de construção de represas por parte da Eletrosul no Rio Uruguai, em Rondônia, com lutas pela posse da terra, levaram a uma série de pronunciamentos e de exigências frente ao Governo em favor do pequeno agricultor. De uma maneira geral deve-se constatar que tais pronunciamentos vem sendo feitos paralelamente a pronunciamentos da Igreja Católica Romana.

Encerro aqui a primeira parte destas minhas considerações. Passo agora a expor o posicionamento da Igreja no Brasil frente aos problemas do operário para, no final, fazer reflexões a respeito do trabalho a ser desenvolvido no futuro.

B. OS POSICIONAMENTOS DA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA FRENTE AOS PROBLEMAS DO OPERÁRIO

As atividades sociais da Igreja Católica no Brasil em favor do operário têm suas origens no séc. 19. Não é a instituição, porém, quem toma a iniciativa, mas leigos industrialistas. O primeiro nome conhecido é o de Carlos Alberto Menezes, um industrial do Recife que procurou melhorar a situação de seus operários. Por volta de 1895 Menezes organizou a melhoria das condições materiais de seus operários. Em 1900, quando da realização do 1º Congresso Católico Brasileiro, em Salvador/BA, Menezes defendeu a criação de organizações mutualistas de operários (seguros para operários).

(33) Federacion Luterana Mundial, *Responsabilidad Social Cristiana*. Conferencia luterana sobre responsabilidad social cristiana em América Latina. Caracas-Venezuela 11 al 17 de Mayo de 1968. (Buenos Aires 1969).

(34) Germano Burger (ed.), *Quem assume esta tarefa? Um documentário de uma Igreja em busca de sua identidade*, (São Leopoldo 1977), pág. 37-41.

Suas atividades denotam a influência da Encíclica "Rerum Novarum". Ainda em 1900 Menezes criava uma corporação operária. Já em 1902 criava-se, no Congresso Católico, realizado em Recife, a "Federação Operária Cristã". Menezes seria seu primeiro presidente(35). O exemplo de Menezes seria seguido, em São Paulo, por Jorge Street.

Desde 1917 centros operários católicos de São Paulo começam a exigir melhores condições de vida para os operários. Sua posição, no entanto, é a de evitar a influência de setores radicais no operariado. Lembro que em São Paulo boa parte dos operários são italianos, influenciados, já na Itália, por movimentos anarquistas.

Mas foi no Rio Grande do Sul que o movimento operário católico viria a receber novos impulsos. No ano de 1932 o Padre Brentano iniciou, em Pelotas, com a constituição de Círculos Operários. Em pouco tempo Brentano criava dez desses círculos em todo o Rio Grande do Sul. O ano em que Brentano iniciou com estas atividades dos Círculos Operários coincide com a criação do Ministério do Trabalho por Getúlio Vargas. Brentano é transferido para o Rio de Janeiro para organizar os Círculos Operários em nível nacional. Já em 1937 há 34 Círculos com 31.000 associados. Em 1942 o número eleva-se a 142 com 150.000 associados. Os Círculos, porém, não conseguem influir nos sindicatos. A nível nacional os Círculos organizaram-se na "Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos" (CBTC). A Confederação tinha traços nitidamente conservadores, colaborando com o Estado Novo e agitando contra o comunismo. Em 1967 os Círculos eram 415 e contavam com 450.000 associados(36).

Até os primórdios da década de 1970 vamos encontrar uma Igreja Católica conforme com a situação criada após 31 de março de 1964. Só Dom Helder Câmara e Dom Antônio Fragoso ousam abrir a boca. Os demais saúdam os militares como salvadores da pátria.

Em 1971 Dom Waldir Calheiros, bispo de Volta Redonda, denuncia torturas em operários e é, então, apoiado pela CNBB(37). No ano anterior, a 18 de fevereiro de 1969, a CNBB ainda fazia colocações tímidas na "Declaração dos membros da Comissão Central da CNBB"(38). A partir de 1971, porém, a CNBB inicia sua participação na luta em prol dos direitos humanos e com isso,

(35) Hans Füchtner, op.cit., pág. 139.

(36) Hans Füchtner, op.cit., pág. 140s.

(37) Márcio Moreira Alves, *Brasilien-Rechtsdiktatur zwischen Armut und Revolution*. "A Grain of Mustard Seed", (Hamburg 1972), pág. 150.

(38) em: Os documentos da CNBB, op.cit., (veja anot. 19), pág. 32s.

também em prol dos operários. Em 1975 (30 de outubro) sai o documento "Não oprimas teu irmão"(39), onde são denunciados os arbitrios do governo militar. Em 1975 havia sido morto nas dependências do Dops paulista o jornalista Wladimir Herzog. Em janeiro de 1976 o metalúrgico Manoel Fiel Filho era assassinado em prisão do governo. Missas foram rezadas em intenção do metalúrgico, com pronunciamentos do Bispo Dom Angélico Sândalo Bernardino e do Pe. Antônio Haddad, representando Evaristo Arns(40). Em 25 de outubro de 1976 a CNBB lançava sua "Comunicação pastoral ao povo de Deus"(41), denunciando abertamente as arbitrariedades praticadas. Desde então não têm cessado as declarações em favor dos operários, principalmente na arquidiocese de São Paulo.

B. OS POSICIONAMENTOS DO PROTESTANTISMO BRASILEIRO FRENTE AOS PROBLEMAS DO OPERÁRIO

Não é muito o que vamos encontrar em termos de pronunciamentos do protestantismo brasileiro em favor do operariado. As denominações tradicionais só mais recentemente começaram a ter em suas fileiras operários. Cito a situação da IECLB, onde a maioria absoluta dos membros sempre foi a de agricultores. Foi apenas na década de 60 e 70 que começamos a ver mudar-se a situação em nossas congregações através do êxodo rural. Nossos membros agricultores transformaram-se em proletariado urbano. Desconheço pronunciamentos da IECLB que tenham em mente o operariado(42).

Causa estranheza o fato de o grupo protestante que maior número de operários conta em suas fileiras não apresentar pronunciamentos em prol do operariado. Penso no movimento pentecostal. Onde estão os pronunciamentos de Manoel de Mello, onde estão os pronunciamentos da Congregação Cristã do Brasil, das Assembléias de Deus, do Evangelho Quadrangular? Não encontramos pronunciamentos seus em favor daqueles que contribuem com o dízimo de seus rendimentos para o trabalho do movimento pentecostal.

IV – UM OLHAR PARA O FUTURO

Em minha preleção inaugural, dada nesta Faculdade de Teologia em 1978, citei o pensamento de Hermann Dohms de que a

(39) idem, pág. 28s.

(40) idem, pág. 27s.

(41) idem, pág. 23-27.

(42) Aqui e ali vamos encontrar pronunciamentos isolados de pastores protestantes. O que não encontramos são pronunciamentos da hierarquia protestante.

Igreja que não se encarna nas realidades de seu povo, está condenada a ter existência sectária(43).

Antes do surgimento da mecanização da lavoura, das grandes empresas rurais, os agricultores membros da IECLB eram pessoas bem situadas. Pertenciam à classe média brasileira. O surgimento da mecanização, das grandes empresas, rurais, a diminuição das terras disponíveis para serem compradas e dadas aos filhos sem-terra, mudou radicalmente a situação de nossas comunidades. Os agricultores de Taquara, de Maravilha, das terras capixabas, são hoje, em grande parte, microfundários. Começam a engrossar o contingente daqueles que vão formar o proletariado urbano. Os agricultores do Oeste do Paraná esperam pela indenização que não vem e outros se transferem para o Paraguai, onde hoje vivem 300.000 brasileiros. Quantos deles gente nossa? Não sei. Estruturalmente a IECLB vai se transformando cada vez mais em Igreja de microfundários e de operários. Com isso surgem novas perguntas em nosso horizonte. Até agora o homem sem terra não era luterano, como luterano também não era o homem que fazia parte do proletariado urbano. Qual o trabalho a ser desenvolvido por esta Igreja, cujo povo mais e mais vai se proletarizando no campo e na cidade. É necessário que ela se posicione, claramente, com respeito ao trabalho, dizendo também aqui que Deus é Deus.

Pois, também quando falamos do trabalho, nosso alvo deve ser: Deixar Deus ser Deus! Para nós cristãos luteranos o trabalho é dádiva de Deus. O fato de o homem trabalhar corresponde à vontade de Deus, à sua vontade criadora: Através do trabalho Deus quer criar e manter o mundo. Segundo o testemunho bíblico, o trabalho não é consequência do pecado, mas algo original. Já no paraíso Deus dá ao homem a função de cuidar e cultivar o jardim (Gn 2,15). Segundo Lutero, o trabalho é a "larva", a máscara, sob a qual o *deus absconditus* age, dando aos homens aquilo de que necessitam para a vida(44). Também o trabalho é campo da ação de Deus na história. Nosso trabalho foi ordenado e estabelecido por Deus como meio de sua bênção. Diz Lutero: "Mesmo que nem o nosso esforço, nem as obras são suficientes para alimentar a família, mesmo assim Deus usa nosso esforço e nossas obras como um meio através do qual nos quer abençoar"(45).

(43) Martin N. Dreher, *Visão-Luta-Herança*. Hermann Gottlieb Dohms e a identidade da IECLB. em: *Estudos Teológicos* 18, 1978, pág. 119-134.

(44) WA 31 I, 437,7.

(45) WA 40 III, 278,34.

E certo que o trabalho também traz cansaço, preocupações e decepções. Esta cansaço, preocupações e decepções estão resumidas no conceito genérico, denominado de pecado, fazem parte do "no suor do teu rosto" (Gn 3,19). Mas esta não é a única perspectiva do trabalho; ele também se encontra sob a bênção de Deus: "Podes comer do trabalho de tuas mãos; és feliz. Tudo te irá bem" (Salmo 128,2).

O trabalho que encontra na vontade e mandamento de Deus sua fundamentação, encontra também nesta vontade e neste mandamento a sua limitação. Pois, Deus põe um limite a este seu mandamento e vontade com o mandamento do descanso (Sabbath). Em uma carta de 12 de maio de 1530, Lutero escrevia a Melancthon: "Também se serve a Deus com descanso; é, com nada mais do que descanso"(46). Como pode o descanso estar acima do trabalho? No descanso, no lazer, nós deixamos Deus ser Deus. Ali nós temos que colocar toda a nossa confiança nele, sabendo que ele continua a agir quando nós descansamos. Com esta valorização do descanso chegamos a uma demitização do trabalho com o qual se pensa tudo conseguir e com o qual se luta, desesperadamente, para algo conseguir.

Esta pregação de que Deus é Deus, também no concernente a trabalho e a lazer, não é pregação a ser dirigida, primeiramente, ao que desesperadamente luta para algo conseguir porque nada tem, ao pequeno agricultor e ao operário. Esta pregação é pregação a ser dirigida, primeiramente, aos que em seus pronunciamentos continuamente falam nas "tradições cristãs da nossa pátria": Deus é um Deus que criou o trabalho, abençoando-o. Ele é o Deus que em Jesus Cristo diz não ao pecado, cujo nome concreto é exploração com baixos salários, expulsão da terra. Ele é o Deus do descanso, do lazer; ele quer que meu lazer seja também o lazer do próximo. Para este lazer é necessário que eu deixe que chegue ao próximo a terra que Ele deu a todos nós e que os bens desta terra possam por todos nós ser trabalhados para seu louvor.

(46) WA Br 5,3:7.40.